

Desafios e Soluções da Sociologia

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-425-2 DOI 10.22533/at.ed.252192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em 2 Volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

O Volume 1 foi dividido em duas partes denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO” NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHER CIGANA ENTRE BRASILEIROS E ITALIANOS	
Mariana Bonomo Giannino Melotti Monica Pivetti	
DOI 10.22533/at.ed.2521925061	
CAPÍTULO 2	13
ESCOLA EM DISPUTA: EDUCAÇÃO LIBERTADORA OU EDUCAÇÃO CONSERVADORA?	
Camila Zucon Ramos de Siqueira Siqueira Frederico Alves Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2521925062	
CAPÍTULO 3	28
“A GENTE SABE QUANDO DÁ PRA FALAR E QUANDO NÃO DÁ”: MEDO, SEGREGAÇÃO E SILENCIAMENTOS NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM REGIÕES PERIFÉRICAS	
Maria Izabel Machado Marcelo Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.2521925063	
CAPÍTULO 4	45
A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS NA TRILOGIA <i>ÓPERA DOS MORTOS, LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE</i>	
Ivonete Dias Marcos Hidemi de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2521925064	
CAPÍTULO 5	54
A VIVÊNCIA FEMININA NA CIDADE: PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	
Maria Vitoria Silva Cardoso Rosângela Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2521925065	
CAPÍTULO 6	65
LGBTTIFOBIA E RE(VE)LAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E A POLÍTICA LGBT	
Claudio Leão de Almeida Junior Danielle Jardim Barreto Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
DOI 10.22533/at.ed.2521925066	
CAPÍTULO 7	76
MASCULINIDADES VIOLENTAS: LEGITIMAÇÃO E NORMATIVIDADE	
Kety Carla De March	
DOI 10.22533/at.ed.2521925067	

CAPÍTULO 8	85
NAS TESSITURAS DO CORPO E DAS SEXUALIDADES EM CLARICE LISPECTOR E MICHEL FOUCAULT: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DO LIVRO “A VIA CRUCIS DO CORPO”	
Danila Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.2521925068	
CAPÍTULO 9	95
O ASSÉDIO MORAL NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO: DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO E PRÁTICA PREDATÓRIA	
Igor Assoni Monteiro da Silva	
Marilane Carneiro Di Mario	
Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.2521925069	
CAPÍTULO 10	108
O QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE ‘SEXO E AS NEGAS’	
Daniela Rocha Drummond	
Nelson Rosário de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.25219250610	
CAPÍTULO 11	123
VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – NEDDIJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.	
Amanda Beatriz Louris	
Carla Liliane Waldow Esquivel	
Elizângela Treméa	
Francieli Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250611	
CAPÍTULO 12	133
A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CHE E AS MASCULINIDADES EM CUBA: CONSTITUINDO UM OBJETO DE PESQUISA	
Andréa Mazurok Schactae	
DOI 10.22533/at.ed.25219250612	
CAPÍTULO 13	146
ABUSO SEXUAL COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NO PARANÁ	
Bruna Regina Battisti	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.25219250613	
CAPÍTULO 14	154
BUNDA, CULTURA NACIONAL E MISTIÇAGEM NO BRASIL	
Ana Paula Garcia Boscatti	
Joana Maria Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250614	

CAPÍTULO 15	166
DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE RELIGIOSA: O CASO DOS PEREGRINOS	
Marcelo Pereira Souza Marcelo Alário Ennes Alessandra Rodeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250615	
CAPÍTULO 16	182
ENVIOS DE MEMÓRIA EM ELIDA TESSLER	
Isabela Magalhães Bosi	
DOI 10.22533/at.ed.25219250616	
CAPÍTULO 17	188
HERANÇA AFRICANA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: PATRIMÔNIO, ESPAÇO E DINÂMICAS POLÍTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	
Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.25219250617	
CAPÍTULO 18	205
MEMÓRIA, SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E TURISMO	
Raniery Silva Guedes de Araujo Karla Estelita Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.25219250618	
CAPÍTULO 19	212
PIADAS CONTRA NEGROS: VIOLÊNCIA EM FORMA DE HUMOR JOKES AGAINST BLACK PEOPLE: VIOLENCE AS HUMOR	
Paulo Sérgio de Proença	
DOI 10.22533/at.ed.25219250619	
CAPÍTULO 20	225
QUEM E COMO SE DEFINE O ÉTNICO NA AUTO IDENTIFICAÇÃO “ÉTNICO RACIAL”?: DILEMAS DAS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.	
Marcos Silva da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250620	
SOBRE O ORGANIZADOR	238

VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – NEDDIJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.

Amanda Beatriz Louris

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná

Carla Liliane Waldow Esquivel

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná

Elizângela Treméa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná

Francieli Pinheiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná

trabalhos pedagógicos nas escolas da Comarca de Marechal Cândido Rondon. Na execução do Projeto observou-se que, das mulheres que procuravam atendimento a maioria relatava violências sofridas durante o relacionamento. A análise se deu com a aplicação de questionários às mães que procuraram o Núcleo a fim de solucionar questões referentes à guarda, visitas e/ou alimentos de seu(s) filho(s). Foi possível a aplicação do referido questionário com 42 (quarenta e duas) mulheres, realizado assim análise quantitativa e qualitativa, em que foi constatado uma proximidade entre violação de direitos na infância e a violência contra a mulher. **PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Mulheres. Infância.

RESUMO: O presente trabalho trata de relatos de experiências de um levantamento de dados acerca das mulheres atendidas pelo Projeto de Extensão – Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ) no período de janeiro a junho de 2018. O NEDDIJ realiza atendimentos em prol das crianças e adolescentes que necessitam de amparo jurídico, afim de garantir seus direitos e defende aqueles que estão em estado de vulnerabilidade social, além de desenvolver

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão – Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ)¹ presta atendimento jurídico às famílias que necessitam de amparo judicial. As ações judiciais que tramitam no Núcleo são ações relativas à área de família, infância e juventude.

No desenvolver do projeto, percebeu-se que das mães que procuravam o NEDDIJ,

1 Projeto de Extensão que faz parte do Programa “UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS – SETI/PR” - Subprograma “Incubadora dos Direitos Sociais” - Financiado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – SETI/PR e Unidade Gestora Fundo Paraná – UGF.

uma significativa parcela delas relatava que havia sofrido violência de seus antigos companheiros e/ou viveram e/ou viviam situações de violência no âmbito familiar. Nesse sentido, a equipe do projeto² julgou pertinente fazer um levantamento quantitativo acerca da violência na seara familiar, com o objetivo de demonstrar se há uma proximidade entre violação de direitos na infância e a violência contra a mulher. A pesquisa pautar-se-á em entrevistas via questionário *online* onde as mulheres responderam 15 (quinze) perguntas objetivas e 01 (uma) dissertativa.

2 | METODOLOGIA

A metodologia escolhida para realização desta pesquisa foi aplicação de questionários afim de apurar se as mães das crianças que o NEDDIJ atende já haviam sofrido e/ou sofrem algum tipo de violência doméstica.

A intenção deste trabalho inicialmente proposta era de entrevistar 100 (cem) mulheres, porém, no desenvolver da pesquisa, foi inviável atingir tal número uma vez que – num primeiro momento percebeu-se o visível desconforto em obter as respostas via papel impresso, este foi o pré-teste do questionário – ocasião em que as mulheres deveriam assinalar com “x” as perguntas, além de ter um espaço em branco caso quisessem acrescentar algo relevante sobre vivências de violência.

Tendo em vista esta dificuldade, optou-se em fazer o questionário pela plataforma *google*, ocasião em que foi possível enviar o *link* via aplicativos de comunicação e rede social amplamente utilizado pelo Núcleo para manter contato com as partes.

O questionário³ foi elaborado pela equipe e a escolha das perguntas levou em consideração os temas recorrentes percebidos ao longo dos atendimentos e da própria narração dos fatos que trouxeram estas mães ao Núcleo para resolver litígios familiares. Sentiu-se a necessidade de formular o questionário na plataforma digital afim de que as mulheres tivessem sua intimidade preservada. A pesquisa, portanto se deu, de maneira quantitativa e qualitativa.

Quantitativa porque, segundo Silva e Menezes (2015), considera-se pesquisa quantitativa aquela cujas informações coletadas podem ser quantificável e se consegue explicá-la em números, fazendo uso de recursos técnicos, como percentagem, média entre outros.

Qualitativa porque as entrevistadas puderam responder de maneira dissertativa uma das perguntas. Para Malhora (2006) a pesquisa qualitativa pode ser baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema.

2 Compõem a equipe deste projeto e da elaboração deste artigo: 02 (duas) professoras do curso de Direito, 02 (dois) profissionais recém-formados em Direito e 03 (três) bolsistas de graduação em Direito.

3 Disponível em: < <https://goo.gl/forms/7aTjhhAQNosUjUy43>>. Acesso em 06/08/2018 às 17h. O referido questionário passou por reformulações a partir do debate feito na ocasião da comunicação oral do trabalho no evento e das pertinentes contribuições da Professora Doutora Silvia Lilian Ferro, Coordenadora do Simpósio Temático N°11 o qual este trabalho integrava.

3 I DA ANÁLISE DAS PERGUNTAS OBJETIVAS

3.1 Do Perfil da Mulher

As mulheres que responderam este questionário são mães que procuraram auxílio jurídico no NEDDIJ afim de resolver situações que não fora possível solucionar na esfera extrajudicial e necessitaram acionar o judiciário para garantir efetivação dos direitos de seus filhos. As principais causas que tramitam no NEDDIJ são ações de guarda, visitas e alimentos e execução de pensão alimentícia.

a. Idade

A pesquisa indica que 17 mulheres possuem de 18 a 15 anos, 13 de 26 a 32 anos e 12 de 33 a 50 anos de idade.

b. Profissão

Conforme se demonstra na tabela abaixo, 24% das mulheres são donas de casa, o que se deduz uma dependência econômica de seus atuais parceiros. Por outro lado, deve-se atentar para o requisito de atendimento do NEDDIJ que é a renda familiar ser de até 02 salários mínimos, atendendo aos critérios da justiça gratuita.

Tabela 1 – PROFISSAO

<i>Profissão</i>	<i>Participantes</i>
Dona de casa	10
Diarista	7
Auxiliar de produção	5
Zeladora	4
Auxiliar de lavanderia	2
Autônoma	3
Estudante	1
Outros ⁴	9

Fonte: O autor

Tabela 1 – PROFISSÃO

Fonte: O autor

c. Filhos

Considerando que as mulheres que responderam este questionário procuraram o NEDDIJ para resolver assuntos referentes aos seus (a) filhos (a), 100 % delas eram mães, o que a diferenciava-as era foi o número de filhos. Respostas que variavam entre 01 a 08 filhos.

3.2 Das Violências Sofridas

Para fins desta amostra, utilizou-se quatro tipos de violências para seres abordadas, sendo elas: física, psicológica, verbal e patrimonial.⁴ Cabe trazer a definição legal sobre elas.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

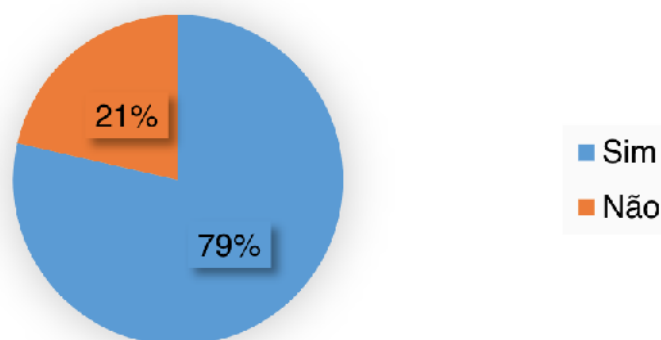
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

c. Já sofreu algum tipo de violência?

Figura 1 – Já sofreu algum tipo de violência?

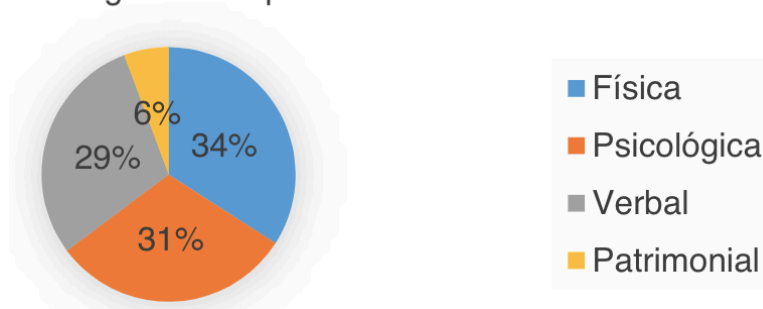


Da amostra coletada, 34 mulheres afirmaram já terem sofrido violência, enquanto 08 afirmam não terem sofrido.

⁴ Estas violências foram elencadas em virtude de terem sido recorrentemente narradas durante os atendimentos no NEDDIJ.

d. Se sim, qual:

Figura 2 – Tipos de violência



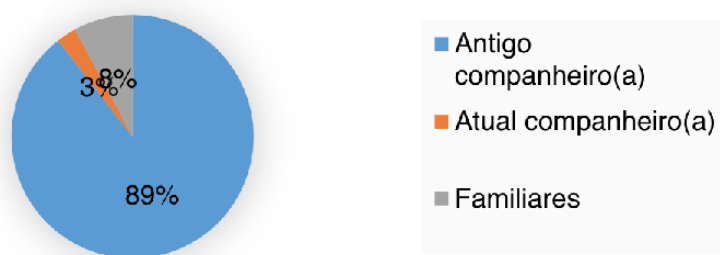
A violência mais presente assinalada pelas participantes foi a física, seguida da patrimonial, verbal e psicológica.

3.3 Da Figura do (A) Agressor (A)

e. Se sofreu violência, quem foi o (a) agressor (a)?

Neste gráfico não inclui aquelas que responderam “não sofri violência”.

Figura 3 – Perfil do(a) agressor(a)



Acerca dos 8% desta amostragem, é importante ressaltar que o inciso II do art. 5º da Lei Maria da Penha dispõem que configura violência doméstica aquela praticada “no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.”. (BRASIL, 2006).

3.4 Da Violência Contra Mulher E O Envolvimento Dos Filhos

Este trio de perguntas elaborado, foi escolhido devido aos constantes episódios ocorridos e narrados para a equipe quando estas mulheres procuraram o NEDDIJ.

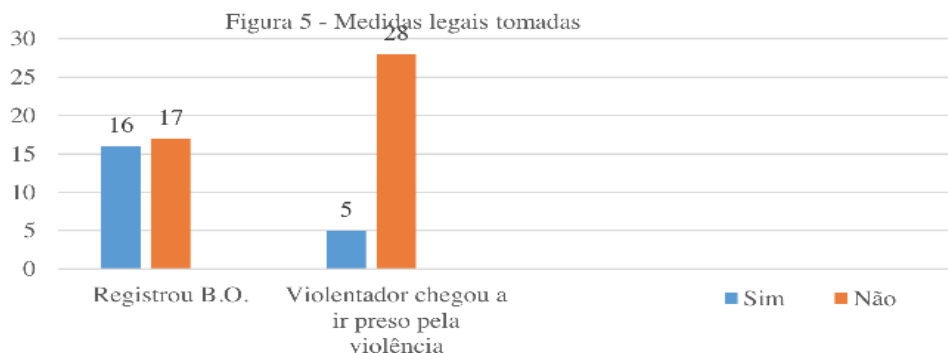
Figura 4 – da violência contra mulher e o envolvimento dos filhos



Acerca da violência na presença da criança, tem-se o relato de uma mulher que diz “quando estava saindo pro trabalho meu ex tentou me furar com um canivete minhas filhas gritaram e consegui me defender.” (*sic*). Outra, descreve, “meu ex marido usou de violência física contra a minha filha quando ela tinha 02 anos, ele deu tapas que saiu sangue da boca. essa situação me trouxe profunda tristeza.” (*sic*).

3.5 Das Medidas Legais Tomadas

A pesquisa indica ainda que a maioria das mulheres não registraram boletim de ocorrência e apenas em 15% dos casos o(a) violentador(a) chegou a ir preso(a) devido à violência cometida.



4 | DA ANÁLISE DO CAMPO DISSERTATIVO

O campo dissertativo foi adicionado com o intuito de conseguir relatos e evidenciar violências que não estavam elencadas nas perguntas objetivas, nesse sentido, este trabalho, para além de conter uma análise quantitativa, passou a ser um necessário relato de experiência, pois contribuiu de forma relevante na área de atuação do Núcleo, compreendendo melhor o público atendido e auxiliando nas articulações entre as redes de proteção, tais como o Núcleo Maria da Penha – NUMAPE⁵.

5 O Núcleo Maria da Penha – NUMAPE presta atendimento sociojurídico e socioeducativo às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social e é desenvolvido via Laboratório de Pesquisa de Estudos de Gênero e História (LAPEG), locado no campus de Marechal Cândido Rondon da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). O Projeto é financiado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), por meio do subprograma Universidade Sem Fronteira (USF).

A Lei Maria da Penha define violência doméstica como:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006)

Conforme se evidencia no §único, para caracterizar a violência doméstica, independe de orientação sexual, sendo cabível sua aplicação nas relações homoafetivas. Tal entendimento já foi consolidado nos tribunais superiores, conforme Ação Direta de Constitucionalidade – ADI Nº 4277 que reconheceu as famílias homoafetivas como entidade familiar.⁶

Neste segmento, evidencia-se o relato em que a participante aponta a violência sofrida pela ex-companheira durante 02 (dois) anos, como se observa na descrição que segue: “fui casada com uma mulher durante 6 anos e sofri violência por 02 anos e meio. foram violências psicológicas, verbais e físicas, tenho cicatriz até hoje das mordidas que ela me dava.”. (*sic*) Ainda, a questão indagava acerca de situações que haviam trazido dor e/ou tristeza para a participante, uma delas assim discorreu:

Apanhei durante a primeira gravidez por causa de outra mulher, levei coronhada d uma ponto 40 na cabeça sem falar nas ameaças, e se repetiram por 6 anos até q tomei vergonha na cara e me separei, e ainda assim continuo sofrendo pelas ameasas dele. (*sic*)

No relato acima, em especial na parte “até que tomei vergonha na cara”, é possível identificar que apesar da mulher ser vítima de violência, esta se culpa ao afirmar que só sofria violência por “falta de vergonha na cara”.

No relato desta mulher que segue, esta afirma que apesar de ter se separado do agressor, ainda sofre violência psicológica daquele, afirma ainda que, o pai de seu filho ainda ameaça fugir com a criança.

sofro ate hoje pisicologicamente ,meu antigo companheiro ate hoje me enferniza por que tivemos um filho junto ,e faz de tudo para me perturbar ,usa nosso filho p isso e tenho tristeza por tudo q me fez ,guardo muito rancor e sofrimento. (*sic*)

Sobre os diversos tipos de violência, Maria Berenice Dias contribui ao trazer que:

6 STF, ADI 4.277e ADPF 132. Rel. Min. Ayres Britto, j. 05/05/2011. *Apud* DIAS, 2015, p. 72.

A vítima, muitas vezes, nem se dá conta de que agressões verbais, silêncios prolongados, tensões, manipulações de atos e desejos configuram violência e devem ser denunciadas. Para o reconhecimento do dano psicológico não é necessária a elaboração de laudo técnico ou realização de perícia. Reconhecida pelo juiz sua ocorrência cabível a concessão de medida protetiva de urgência. (DIAS, 2015, p. 74).

Há relatos ainda de violência com tentativa de homicídio e a manifestação do medo é um sentimento bastante presente na vida desta mulher.

Meu antigo companheiro tentou me matar na presença da minha filha. Depois disso eu me mudei de cidade e vivo com medo das ameaças q ele fez, dizendo q iria volta. Vivo com medo, durmo com medo e tenho medo dele pegar minha filha e levar embora pra mim nunca mais ver ela. Ele me ameaça. (*sic*)

Para Maria Berenice Dias (2015, p.71-72) o estresse crônico gerado em razão da violência também pode desencadear sintomas físicos, como dores de cabeça, fadiga crônica, dores nas costas e até distúrbios no sono. É o que se chama de transtorno de estresse pós-traumático, que é identificado pela ansiedade e a depressão, a ponto de baixar ou reduzir a capacidade de a vítima suportar os efeitos de um trauma severo.

Evidenciou-se ainda a manifestação da violência antes da mulher constituir seu próprio núcleo familiar, quando esta relata que havia violência entre seus genitores, “sim. meu pai batia na minha mãe. Hoje ele está falecidos e minha mãe também....”. (*sic*).

Uma participante da pesquisa é bastante enfática quando solicitada para descrever uma situação que tenha lhe trazido dor ou tristeza, esta afirma “o abandono paterno após a separação” (*sic*), neste momento, não se sabe quando ela afirma “abandono paterno” se este é de seu(s) pai(s) em relação à ela ou do agressor/pai da criança em relação ao(s) filho(a) do casal. Nessa seara, outra participante descreve que sofre consequências da violência doméstica no âmbito familiar consanguíneo, diz que “sim..rejeição do antigo parceiro e atualmente dos meus pais mais a mae..” (*sic*).

Outra participante afirma ter várias situações que lhe trouxeram dor ou tristeza e diz que tem um osso quebrado devido à violência física sofrida e que tal situação traz dificuldades para ela se colocar no mercado de trabalho.

Tenho várias mais a que fico triste e que tenho a cavícula quebrada e é difícil para conseguir emprego pois pedem varios exames. (*sic*)

Neste segmento, necessário atentar-se para o que Dias dispõe:

Como estes sintomas podem perdurar no tempo, independente da natureza da lesão corporal praticada, ocorrendo incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias ou incapacidade permanente para o trabalho, possível tipificar o delito como lesão grave ou gravíssima, pela perpetuação da ofensa à saúde (DIAS, 2015, p. 72).

Ainda, a autora pontua a incapacidade da vítima de reconhecer que os atos abusivos são considerados violências passíveis de aplicação de medidas protetivas, ressaltando que o dano psicológico não precisa passar por uma perícia técnica, bastando que o juiz reconheça que ela existiu.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das redes virtuais utilizadas para envio de *link* do questionário, serem amplamente utilizadas como forma de comunicação com as mulheres e, de obter-se retorno com facilidade das mesmas quando se trata de informações processuais, o retorno para preenchimento dos questionários não se deu da mesma maneira, uma vez que, fora enviado o link para mais de 100 (cem) mulheres e apenas 37% (trinta e sete) por cento retornaram. Diante da dificuldade encontrada, necessário foi reduzir significativamente a amostra afim de que se fosse possível finalizar este trabalho.

Ainda que não se tenha a informação do porquê do não preenchimento do questionário, especula-se que falar sobre situações traumáticas trazem memórias desagradáveis⁷ e, numa ocasião em que uma participante foi indagada se havia respondido o questionário, esta afirmou “não sei responder”.

Na primeira pergunta, quando indagadas se haviam sofrido violência, nove mulheres afirmaram que “não”. Todavia, no decorrer do questionário as respostas que enquadravam-se no campo “não sofri violência” tiveram alterações significativas, ou seja, ao longo das respostas, estas mulheres identificaram violências sofridas, em especial no tocante se os (a) antigos (a) companheiros (a) foram os(as) agressores(as).

Na época do questionário pré-teste (preenchimento físico) percebeu-se contradições em algumas respostas, em especial quando as mulheres eram indagadas se “já sofreu algum tipo de violência? ”, das 10 (dez) que responderam o questionário manuais 30% (trinta por cento) disseram que não e na próxima pergunta sobre os tipos de violências sofridas, afirmam sim para alternativas como verbal e psicológica.

Tendo em vista o exposto, percebeu-se que parte das participantes desta amostra não compreendem que o que sofreram ou sofrem pode ser caracterizado como violência doméstica.

Aproveitou-se deste evento nacional que teve ampla divulgação para publicizar a realidade de mães que necessitam do Projeto NEDDIJ, e, se de um lado estas mulheres tem os direitos de seus filhos violados e/ou ameaçados de violação e necessitam recorrer ao núcleo, por muitas vezes seus direitos também estão ou foram violados ou sob ameaça de violação.

Das crianças que o NEDDIJ presta auxílio jurídico, 79% são filhos (as) de mães que sofreram algum tipo de violência sendo que 76% dos filhos presenciaram a violência. Nesse sentido, demonstra-se que a vulnerabilidade social das crianças que o Projeto atende, está intimamente ligada com a vulnerabilidade social da família, em especial, da mãe.

Tendo em vista a pequena parcela de mulheres que registraram o Boletim de Ocorrência da violência, percebe-se a urgente necessidade e importância da articulação da rede de proteção à mulher e a qualificação dos profissionais que a compõem, sejam

⁷ Importante relato nesse sentido foi, numa na ocasião em que foi cedido um computador para uma participante responder a pesquisa após um atendimento no NEDDIJ e a mulher demonstrou emoção incontável, oportunidade em que a encaminhamos para o Núcleo Maria da Penha – NUMAPE.

eles: juizes, promotores, advogados, defensores, equipe multidisciplinar (assistentes sociais e psicólogos), a fim de oferecer apoio, assistência jurídica e psicológica às vítimas de violência doméstica.

Ademais, a ausência de uma Delegacia da Mulher na comarca, pode ser um fator inibidor para que mais mulheres tenham voz e registrem as violências sofridas. Nesse sentido, mostra-se necessário a implementação de uma Delegacia da Mulher, além da imperiosa instalação de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – JVD FM, que caminha a passos lentos no Paraná e no Brasil.

Com esta experiência vivida na construção deste relato e artigo fora possível afirmar que este trabalho possibilita muitas ramificações afim de pesquisa e estudo, pesquisas estas que requerem uma análise interdisciplinar afim de que se possa chegar a resultados mais precisos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. C. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo.** Ed. D'Plácito: Belo Horizonte, 2017.

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

DIAS, M. B. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.** 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais 2015.

MALHOTRA, N. K. **Metodologia qualitativa de pesquisa: uma orientação aplicada.** Tradução Laura Bocco. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.

QUESTIONÁRIO: disponível em: < <https://goo.gl/forms/7aTjhhAQNosUjUy43>> acesso em 06.08.2018

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. Ed. Florianópolis. UFSC, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-425-2

